



GRITO DA TERRA

Prazo para adequações ambientais é ampliado

(foto Carlos Kilian)

Em solenidade presidida pelo presidente da Assembléia, deputado Volnei Morastoni (PT) e realizada quarta-feira, 11, no plenário, foi assinado protocolo de intenções para adequação da rizicultura e da fruticultura às leis ambientais, no prazo de dois anos. A ação é consequência das reivindicações das associações de produtores rurais, que necessitam de licenças ambientais para produzir e como requisito para inscrição em linhas de crédito.

As galerias ficaram lotadas com a presença de representantes do 10º Grito da Terra, marcha realizada anualmente pela Federação dos Trabalhadores em Agricultura de Santa Catarina (Fetaesc). A assinatura do documento atende a um dos pleitos dos produtores. Estiveram presentes ao ato solene o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), o Procurador Geral de Justiça do Estado, Pedro Sérgio Steil, o secretário de Agricultura e Política Rural, Moacir Sopelsa, o diretor da Fatma, Sérgio Grandó, o promotor de Justiça e coordenador de Defesa do Meio Ambiente, Alexandre Herculano de Abreu, os deputados da Alesec, entre outras autoridades.



Quatro mil agricultores, representando 180 mil famílias abrangidas pela Fetaesc, participaram da marcha, encerrada na Praça Tancredo Neves, na Capital, onde ficam as sedes dos três Poderes Estaduais

Página 05

Escola do Legislativo realiza debate sobre primeiro emprego

Realizado na quinta-feira (12), o Seminário Primeiro Emprego, organizado pela Escola do Legislativo, discutiu propostas direcionadas a ampliar a perspectiva dos jovens a partir de uma efetiva política de inclusão no mercado de trabalho. Nas regiões metropolitanas, segundo dados apresentados pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (Dieese) 45% dos desempregados são jovens entre 16 e 24 anos.

Além de um grande número

de jovens, de representantes de comunidades negras e de trabalhadores rurais e urbanos, o encontro contou com a participação de vários palestrantes, entre eles, o deputado estadual, Tarcísio Zimmermann (PT/RS) José Álvaro Cardoso, do Dieese; Odilon Silva, Delegado Regional do Trabalho/SC; Márcia Florêncio, do Grupo Cultural Afro-Reggae/RJ e Valdecir do Nascimento, do Ceafro, de Salvador/BA.

Página 03

Orçamento da Saúde é tema de Fórum

O prazo para aumento do limite máximo dos percentuais dos orçamentos municipais e estaduais vinculados ao setor, por determinação da Emenda Constitucional nº 29/1999, termina em 2004. O assunto foi debatido no Fórum Permanente de Vinculação dos Recursos Orçamentários à Saúde, no dia 11.

Página 05



(foto Solon Soares)

Laurentino na 50ª edição do Retratos

Na noite de quinta-feira, o município de Laurentino, localizado no Alto Vale do Itajaí, foi o foco da 50ª edição do projeto Retratos de Santa Catarina.

Laurentino mostrou no hall da Assembléia um pouco da sua cultura e das suas tradições, tanto na culinária quanto na dança e na música.

Página 03

Artigo 170 discutido em Blumenau e Chapecó

Dando continuidade ao cronograma de audiências públicas para debater as propostas de mudança no artigo 170 da Constituição Estadual - que define as regras para a distribuição de bolsas de estudo para o ensino superior -, a Comissão de Educação realizou nas noites de quinta (12) e sexta-feira (13), as audiências de Blumenau, na Furb, e Chapecó, na UnoChapecó.

A Criança em 2003 *

Falar que a criança e o idoso pagam a conta de furos financeiros na administração pública não é mais novidade. Para isso não precisamos ir muito longe. Algumas creches na Capital estão com as portas fechadas em razão de cortes nas verbas públicas. A situação do idoso não é diferente. Trabalham para perder todas as suas garantias na terceira idade. Voltando à criança, não vai demorar muito e o fotógrafo Sebastião Salgado, aquele que viaja o mundo com importantes projetos em defesa da criança, estará por aqui mostrando um futuro melancólico. Afinal, crianças comem lixo há muito tempo nas madrugadas, na Grande Florianópolis.

Saindo do contexto local, vimos que a situação do Brasil diante da questão alimentar é contraditória. A despeito do imenso potencial de oferta de alimentos à população – o País é o terceiro produtor mundial de grãos – temos 5 milhões de crianças que ainda sofrem as graves consequências da fome e da desnutrição, além das 9,3 milhões de famílias sem recursos para suprir suas necessidades calóricas diárias.

O lançamento do Projeto Fome Zero, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aqueceu o debate sobre a realidade alimentar da população bra-

sileira. O governo tem que criar as condições necessárias para que as camadas pobres tenham alimentação e nutrição. Isto é o que prevê cada um dos acordos, pactos, convenções e declarações nacionais e internacionais ratificadas pelo Brasil. Um dos principais, a Convenção Internacional do Direito da Criança, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1990, foi convertida em decreto legislativo no mesmo ano. De acordo com estudo realizado pela ONG Agora – Segurança Alimentar e Cidadania, todos os acordos entre países que defendem que a alimentação é um direito do ser humano foram assinados pelo governo brasileiro.

Mesmo assim as sobras de alimentos nas Centrais de Abastecimento (Ceasas) são fato conhecido. Em nossos municípios os representantes do poder executivo não estão muito preocupados, pois não se interessam em recolher as sobras de legumes, folhas e tubérculos e pedir ajuda de parceiros para comprar outros ingredientes, como carne, farinha de soja e condimentos. Com eles poderiam preparar uma supersopa concentrada para a população desnutrida, distribuindo-a em escolas, creches e asilos.

* **Deputado Nilson Nelson Machado – Duduco (PP)**

PTB resgata sua representação política

No dia 27 de maio a Executiva Estadual do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Santa Catarina esteve reunida sob meu comando. E o resultado mais positivo repassado aos membros do partido foi a homologação de aproximadamente 100 comissões provisórias em municípios das diversas regiões catarinenses. Essa foi minha determinação quando assumi a presidência do PTB, em 8 de março deste ano. Passados três meses, nos orgulhamos do sucesso alcançado com a imprescindível colaboração dos trabalhadores, que têm o mesmo propósito: o resgate dos direitos dos trabalhadores e a manutenção de direitos adquiridos por eles em anos de luta.

Entre as muitas ações desenvolvidas neste período para a reorganização do PTB, em Santa Catarina, destaco a inauguração, também no último dia 27, da nova sede administrativa no centro de Florianópolis, com a presença de todas as lideranças do partido. Lá estávamos eu, Narcizo Parisotto, e o meu colega de bancada, deputado Sérgio Godinho, os prefeitos de Santo Amaro da Imperatriz e de Mafra, Nelson Izidoro da Silva e Carlos Roberto Scholzer. Este evento refletiu toda a harmonia e o entusiasmo com que as lideranças vêm trabalhando em busca do crescimento

da família petebista no Estado.

A mobilização é muito grande e os primeiros resultados servem como estímulo e impulso, mas também nos alertam da grande responsabilidade que este grupo tem com o fortalecimento do PTB. Como presidente do partido, tenho mantido constantes contatos com o comando nacional do partido e ao mesmo tempo estruturado o nosso plano de atuação - "Vamos trabalhar para fazer do PTB um dos maiores partidos de Santa Catarina". Vendo realizando roteiro de visitas às comissões e conversado com nossas lideranças em cada município. Recentemente, Santo Amaro da Imperatriz, administrado por uma das lideranças de maior destaque do PTB, o prefeito Nelson Izidoro, conquistou o reconhecimento de município como primeiro lugar em qualidade de educação. São estas marcas que queremos deixar nas administrações petebistas e são estas qualidades que nos farão continuar aumentando a representatividade política do PTB com a eleição de novos prefeitos e vereadores. Está em nossas mãos fazer o partido crescer. No próximo ano, nas eleições municipais, os catarinenses poderão contar com a qualidade, o compromisso e a seriedade de um petebista.

* **Deputado Narcizo Parisotto (PTB)**

Protocolo de intenções para a informática

Como resultado do 1º Debate Nacional do Software Livre e Administração Pública de Santa Catarina, realizado nos dias 22 e 23 de maio, o Legislativo estadual, em parceria com o Centro de Informática e Automação de Santa Catarina (Ciasc), decidiu criar duas câmaras: uma de migração da administração pública para o software livre e a outra de inclusão digital, através de resolução do Comitê Estadual de Tecnologia de Informação (Cetec).

A iniciativa da Assembléia em

discutir a migração de plataforma proprietária (serviço pago) para plataforma livre (gratuito) terá também a participação dos poderes Executivo e Judiciário, universidades e autarquias estaduais, buscando a economia do dinheiro público e a liberdade de utilização dos programas para computadores. "A partir dessas implantações, a Assembléia e o Ciasc deixam de ser cliente e fornecedor, respectivamente, para serem parceiros", afirmou o diretor da Divisão de Informática da Alesc Jean Carlos Sestrem.

Pregão nas licitações

A Assembléia inaugurou na semana passada o pregão como nova modalidade de licitação pública. Ao contrário da carta-convite, da tomada de preços e da concorrência pública, onde os participantes da licitação apresentam envelope fecha-

do, com proposta fixa, não alterável, vencendo sempre aquele que oferecer o menor preço, o pregão é presencial. Os participantes podem ofertar os lances mudando as ofertas apresentadas, também vencendo o que tiver preço mais baixo.

Ampliação da AL

O Legislativo iniciou conversações com o Executivo para viabilizar a ampliação da sede. São necessárias adequações orçamentárias no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Orçamento deste ano. O presidente da Assembléia, deputado Volnei Morastoni (PT) iniciou as conversações sobre as necessidades e as etapas planejadas, nesta semana, com o governador do Estado e o se-

cretário do Planejamento. Enquanto isso, a equipe técnica da AL estuda algumas propostas juntamente com o arquiteto Pedro Paulo Saraiva, que projetou o atual prédio. A previsão de recursos para as obras é de R\$ 5,5 milhões, com R\$ 1,3 milhão aplicado na primeira etapa, ainda este ano. Morastoni explicou que a idéia é planejar a ampliação de maneira a atender as necessidades da Assembléia a médio e longo prazos.

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne e Graziela May Pereira

Estagiária: Denise Arruda Bortolon

Assessores de Imprensa: Acácio Martins, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marco Zanfra, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Valeska Bittencourt Coelho e Luciano de C. Oliveira

Diagramação: Rafael dos Santos

Revisão: Mirela Maria Vieira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas, Ronaldo Rolnei Souza e Volnei Esmeraldino

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

INSTITUCIONAL

Políticas públicas devem promover inclusão no mercado de trabalho

Rose Mary Paz Padilha

O Seminário Primeiro Emprego, organizado pela Escola do Legislativo e realizado no plenarinho da Casa, objetivou sensibilizar a sociedade caruarinense para a necessidade de ampliar a perspectiva de vida dos jovens socialmente desfavorecidos, tendo o primeiro emprego como política pública de inclusão no mercado de trabalho.

Enfatizando a necessidade da classe política assumir a responsabilidade que lhe cabe no com-

bate à desigualdade social, o presidente Volnei Morastoni (PT) abriu o evento. "Os jovens que estão ingressando no mercado de trabalho já se deparam com duas exclusões bem demarcadas: a de gênero e a étnica". A diferença de salários entre homens e mulheres permanece superior a 60% no Brasil e, em Santa Catarina, as mulheres recebem apenas 40% dos salários médios dos homens. A maioria dos trabalhadores que recebe mais de 20 salários mínimos são homens (dados do IBGE).

Diversidade precisa ser considerada

(fotos Jonas Lemos Campos)

Queila Nunes da Silva, 23 anos, enfrenta o preconceito no mercado de trabalho por ser mulher. Apesar de ser estudante do ensino superior, no curso de Rede de Computadores, há um ano tenta emprego na área, mas a preferência para o preenchimento das vagas, segundo ela, é para homens. Negra e integrante da Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros, disse que nunca enfrentou

diretamente o racismo, talvez pelo medo das pessoas de que preconceito racial é crime.

O presidente da Escola do Legislativo, deputado Wilson Vieira (PT) - Dentinho, destacou que as políticas públicas devem considerar a diversidade e as necessidades daqueles a quem se destinam. "Entre eles estão os



Queila: "O racismo continua"

portadores de necessidades especiais, os negros, os indígenas, os habitantes de comunidades rurais e as mulheres".

Na palestra do deputado Tarcísio Zimermann - titular da Comissão de Seguridade Social e Família na Câmara dos Deputados, falou sobre Programas e Projetos de Primeiro Emprego para

Jovens no Brasil. Sociólogo e professor, Zimermann é o autor do Projeto de Lei 7.060, de 2002, que instituiu em todo o país o Programa Primeiro Emprego. Criado em 1999 pelo governo gaúcho, onde o parlamentar foi secretário do Trabalho, o programa possibilitou, em três anos de execução, o acesso a empregos formais, com todos os direitos trabalhistas e previdenciários, a mais de 20.500 trabalhadores jovens sem nenhuma experiência ou, então, a setores profundamente discriminados no mercado de trabalho, como são

os portadores de deficiências, os egressos do sistema penal ou jovens em risco social. Zimermann disse que o desemprego produz o retrocesso civilizatório e que o país precisa recuperar o trabalho decente. "Chega de flexibilização. Trabalho 'mais ou menos' é mais que nada e menos que o necessário".



Palestrantes falaram sobre os problemas e apresentaram propostas

Laurentino faz apresentação na Assembléia

(foto Solon Soares)

Na 50ª edição do projeto Retratos de Santa Catarina desenvolvido pela Assembléia Legislativa, a noite desta quarta-feira (11) foi reservada ao município de Laurentino, localizado no Alto Vale do Itajaí, entre as serras Geral e do Mar.

O município tem uma população de 5.024 habitantes - a maioria descendente de imigrantes italianos, que iniciaram a colonização no ano de 1907. Seu nome tem origem em um antigo habitante: Manuel Laurentino de Andrade. Mais conhecido como "seu" Laurentino, era muito procurado para encontrar água e perfurar poços.



Prefeito Nardelli entrega cesta de produtos à Morastoni

Conhecido nacionalmente pela qualidade e pelo tamanho do queijo produzido (o da última festa pesou 1.500 quilos e foi considerado o maior queijo do mundo), Laurentino trouxe para a Capital um pouco da sua cultura e das suas tradições, tanto na culinária quanto na dança e na música. Rainha e princesas, tipicamente trajadas, con-

vidaram o público para a 10ª Festa Estadual do Queijo, que acontece de 17 a 19 de outubro, atraindo turistas de todo o Estado e de várias regiões do país.

O evento, que teve como anfitrião o presidente da Assembléia, deputado Volnei Morastoni (PT), e outros parlamentares, recebeu tam-

bém diversas autoridades estaduais, entre elas o governador Luiz Henrique da Silveira, secretários de Estado e o prefeito de Laurentino, Arduino Nardelli, que presenteou o presidente da Alesc e o governador com uma cesta de produtos típicos de Laurentino. (RMPP)

Promulgada lei que desvincula bombeiros da PM

O Gabinete da Presidência foi palco, na quarta-feira (11), da promulgação da lei que separa o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar. O evento contou com a presença do presidente da Casa, Volnei Morastoni (PT), do governador Luiz Henrique da Silveira, do presidente do Tribunal de Justiça, Amaral e Silva, do procurador geral de Justiça, Pedro Sérgio Steil, do secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, João Henrique Blasi, do secretário da Agricultura, Moacir Sopelsa, do se-

cretário adjunto de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, coronel Pedro Roberto Abel, do comandante geral da PM, coronel Paulo Conceição Caminha, do comandante do Corpo de Bombeiros, tenente coronel Adilson Oliveira, e dos parlamentares Francisco de Assis (PT), relator do projeto de lei, Altair Guidi (PP), Romildo Titon (PMDB), Sérgio Godinho (PTB), Herneus de Nadal (PMDB), Ronaldo Benedit (PMDB) e Rogério Mendonça-Peninha (PMDB). (DAB)



Autoridades e militares prestigiaram a cerimônia

Audiência pública discute carcinicultura em Laguna

A Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Mauro Mariani (PMDB), acompanhado dos deputados Valmir Comin (PP) e Genésio Goulart (PMDB), promoveu na quinta-feira (12) audiência pública no Cine Teatro Mussiem Laguna, objetivando discutir o desenvolvimento da carcinicultura (criação de camarões em cativeiro) em Santa Catarina. Com a participação de mais de mil pessoas, foi apresentado aos participantes o Programa Estadual do Cultivo do Camarão.

A criação de camarão em cativeiro, em Laguna, sofreu alguns problemas no ano passado devido a falta de licenciamento ambiental. A atividade teve início em Santa Catarina em 1984, com tecnologia desenvolvida pela UFSC e, atualmente, o camarão é cultivado também no Paraná, São Paulo e al-

Audiência Pública



Carcinicultura em Santa Catarina

guns estados do Nordeste.

Liminar - Na oportunidade, o diretor Geral da Fatma, Sérgio Grandó, apresentou cópia de liminar revogando a interdição da atividade, desde que aconteça através de licença concedida pelo Ibama.

O prefeito do município, Adilcio Cadorin, manifestou estranheza quanto à intervenção do Ministério Público, quando no momento se discutem novas alternativas para emprego e renda.

O deputado que solicitou a au-

diência, Genésio Goulart, informou que existe um programa estadual, baseado no planejamento, formação de recursos humanos, enquadramento ambiental (inseridos a hidrodinâmica e qualidade da água captada e devolvida ao meio ambiente, o que possibilita bons resultados e preservação), organização de produtores e cadeia produtiva, apoio e incentivo à implantação de

unidades familiares de cultivo e de empreendimentos sociais, com apoio de inúmeras instituições. Há, no Estado, cerca de 70 fazendas permanentes, que empregam em torno de 400 pessoas e, indiretamente, um número estimado de 550. "Qualquer movimento contra o desenvolvimento da cultura do camarão infringe os fundamentos constitucionais dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa", observou o parlamentar. (CA)

Competições catarinenses

Sob a presidência do deputado petista Paulo Eccel, a Comissão de Educação promoveu na quarta-feira (11), no plenarinho, audiência pública com a presença de dirigentes esportivos. O objetivo foi discutir o Projeto de Lei nº 31/03, de autoria do deputado Nelson Goetten (PP). O parlamentar propõe que se acrescente um parágrafo único ao artigo 1º da Lei 12.005, de 2001, que normatiza a participação de atletas nas competições intermunicipais promovidas pelo sistema público esportivo de Santa Catarina. O dispositivo atual impede que atletas catarinenses residentes em outros estados participem de competições estaduais, como é o caso dos Jogos Abertos.

De acordo com o projeto de Goetten, a participação passa a ser permitida, desde que o atleta represente seu município de origem. Emenda modificativa do deputado Jorginho Mello (PSDB) não faz essa ressalva. A proposta de Mello é que o atleta tenha a liberdade de escolher qual município quer representar durante as competições esportivas.

O assunto, bastante polêmico, não teve conclusão durante a audiência pública na Assembleia. Os parlamentares decidiram pelo sobrestamento do projeto até o mês de setembro e, durante esse período, a Fesporte deverá promover debates nas microrregiões do estado para colher subsídios e apresentar propostas ao projeto. (RMPP)

População poderá votar nas audiências do orçamento

A proposta apresentada pelos deputados petistas Dionei da Silva e Wilson Vieira - Dentinho para garantir a participação da população na elaboração do orçamento, com direito a voto, foi acatada pelo governo durante encontro na Assembleia Legislativa. Participaram da reunião, além dos dois representantes da bancada petista, os deputados Herneus de Nadal e Rogério Mendonça, do PMDB, o secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão, Arnaldo César Hess de Souza, e a secretária adjunta, Anita Pires.

Também foi aprovada a proposta de um cronograma conjunto para equilibrar a participação dos poderes executivo e legislativo nas audiências, cujo calendário deve ser apresenta-

do na próxima semana.

As propostas apresentadas pelos cidadãos durante as audiências terão o mesmo peso das elaboradas pelos conselhos regionais de desenvolvimento. Dionei lembra que as audiências terão ainda um importante papel pedagógico, mostrando à população como se monta o orçamento, de onde vêm os recursos e como serão aplicados. As audiências têm como prazo limite a data de 31 de julho deste ano. A equipe de organização, composta por assessores parlamentares, técnicos da Coordenadoria do Orçamento Regionalizado e da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, será dividida em dois grupos, o que possibilitará a realização de até duas audiências em um mesmo dia. (ER)

Terras de Marinha

Polêmica ainda sem solução



Proprietários criticaram cobrança imediata

O secretário Nacional do Patrimônio da União (STU), Pedro Celso, assegurou, durante audiência pública no dia 9, que estão sendo dados os primeiros passos para resolver os problemas provocados pela Lei 9.636 (sobre terras de Marinha) "com diálogo e negociações caso a caso e parcerias entre União, prefeituras e Estados".

A audiência foi convocada pela Comissão de Transportes e conduzida pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT). Presentes José Sebastião Marcati, presidente da Associação dos Ocupantes de Terrenos da União de Santa Catarina, representantes da UFSC, Associações Comerciais e Indus-

trias de Florianópolis e Joinville, CDLs, Associação Joinvilense de Proprietários de Terras de Marinha, técnicos da STU vereadores de diversos municípios e os deputados federais Edison Andrino (PMDB), Carlito Merss (PT), Mauro Passos (PT), Adelor Vieira (PMDB) e Paulo Bauer (PFL). Também participaram os deputados estaduais Antônio Carlos Vieira (PP), Djalma Berger (PFL), Francisco de Assis (PT) e Valmir Comin (PP).

Fazendo elogios ao projeto de Emenda Constitucional (PEC 575) de autoria de Andrino (PMDB), Pedro Celso anunciou que será criada e implementada imediatamente, por decreto presidencial, uma comissão paritária composta por representantes do legislativo, do executivo e da sociedade organizada, para debater com profundidade a questão. O PEC exclui as ilhas sedes de cidades e capitais como terras da União.

Pagamento - No entanto, conforme a Associação dos Ocupantes de Terras de Marinha, o grande problema - e o mais imediato - são as execuções fazendárias sobre os bloquetes expedidos para cobrança de atrasados da taxa de ocupação ou aforamento. Santa Catarina tem cerca de 60 mil imóveis considerados como de Marinha. Bauer e Andrino sugeriram a edição de uma medida provisória sustando este pagamento até que as propostas que tramitam no Congresso sejam debatidas com profundidade. Andrino entregou uma proposta de MP ao secretário, que garantiu sua análise.

O deputado Adelor sugeriu que o governo federal deixe para cada Estado a solução do seu problema, sustando a cobrança que está fazendo e passando de pronto para os estados que resolvam a questão, podendo entrar como adendo na reforma tributária. (MMV)

Audiências geram primeiros projetos

Dois proposições, direcionadas ao reordenamento interno das unidades prisionais e à ressocialização de presos, já estão na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para análise de constitucionalidade. "Ambos foram gerados a partir de constatações que temos feito nas audiências pelo Estado, em que temos visitado e co-

nhecido as unidades. O caos é geral", disse o deputado João Rodrigues (PFL), presidente da Comissão de Segurança Pública e autor dos dois projetos de lei.

Desde 8 de maio a Comissão já realizou 10 audiências públicas regionalizadas. "A superlotação está aliada à desorganização, ao caos total, com presos de alta periculosidade dividindo cela com pequenos infrato-

res e até mesmo com inocentes", afirmou, justificando a proposta que determina a obrigatoriedade da separação dos presos baseada no nível de gravidade dos crimes cometidos.

O segundo projeto complementa o primeiro por permitir que os presos sejam utilizados para prestação de serviços públicos. (MMV)

Fórum sobre vinculação orçamentária à saúde

Rubens Vargas

Com a presença de técnicos do Ministério da Saúde, de representantes de Conselhos, do Ministério Público, do secretário estadual Fernando Agustini - Coruja, e dos secretários municipais, o Fórum foi aberto pelo presidente, deputado Volnei Morastoni (PT), que destacou a importância da emenda que determina que, de 2000 a 2004, os recursos para o setor cresçam de 7% a 15% nos municípios, e de 7% a 12%

nos estados. Defendendo o Sistema Único de Saúde (SUS) Morastoni citou os pilares para o seu fortalecimento: gerenciamento, o modelo assistencial - classificando o Programa de Saúde da Família como revolucionário; recursos humanos; o controle social - através dos conselhos -, considerados a alma do SUS e os recursos financeiros baseados na emenda 29.

Para o secretário Agustini, a emenda tem muito a consolidar. Citou a Resolução 316, do Ministério da Saúde, que determina que o pagamento de inati-

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Agustini e Morastoni

Regulamentação - A regulamentação do dispositivo constitucional, através de uma lei complementar, foi defendida por Elias Jorge, do Departamento de Economia da Saúde do Ministério da Saúde. Sobre o pagamento de inativos, ele disse que o relatório do Conselho Nacional de Saúde, de 5 de junho de 2003, publicou a Resolução 322, atualização da 316, que elimi-

na riscos de sabotagem, como a inclusão pelas prefeituras de limpeza pública como gastos com saúde, e de Estados fazerem o mesmo com saneamento.

O presidente do Tribunal de Contas do Estado, Salomão Ribas Júnior, enfatizou em sua palestra que uma legislação integradora da emenda 29 necessita da aprovação das reformas política, fora de pauta do Congresso Nacional, e tributária. O Fórum teve ainda o acompanhamento dos deputados Dado Cherech (PSDB), Genésio Goulart (PMDB) e Sérgio Godinho (PTB).

vos, de responsabilidade da previdência, não pode ser deduzido dos recursos da saúde, como vem acontecendo na maioria absoluta dos Estados (apenas três não deduzem) e em muitos municípios.

Segundo ele, em 2003 Santa Catarina vai destinar 10,36% da arrecadação para a saúde, num total de R\$ 360 milhões, R\$ 260 milhões para pagamento de pessoal, 30% deste valor para os inativos, sobrando apenas R\$ 100 milhões para aplicação na saúde pública.



Governador participou da solenidade que lotou plenário e galerias

Protocolo dá prazo para produtores

O presidente da Cooperativa Agropecuária de Tubarão, Dionísio Bressan Lemos, representando a Organização das Cooperativas de Santa Catarina (Ocesc), afirmou que Santa Catarina deve comemorar as mais de um milhão de toneladas de arroz produzidos este ano graças ao trabalho dos pequenos agricultores rurais, associado ao excelente trabalho de pesquisa agropecuária, da extensão rural, cooperativas, associações e sindicatos. "Hoje isso representa para o Estado um montante de mais de R\$ 700 milhões, correspondente a 20 milhões de sacas de arroz, cultivados em 145 mil hectares por mais de 12 mil produtores. Esta é uma atividade de pequenos produtores rurais que está fadada à falência de acordo com a atual lei ambiental. Este protocolo se transformará num grande projeto para o pequeno agricultor se ajustar às

questões do meio ambiente e poder produzir e permanecer na atividade", observou Lemos.

Na mesma linha, o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Maçã, Luiz Borges Júnior, enalteceu a ação do Ministério Público e das entidades envolvidas neste processo de ajustamento às leis ambientais. O promotor Herculano fez questão de frisar que 96% das propriedades catarinenses estão em descompasso com a legislação, principalmente com relação à mata ciliar, podendo ser impedidas de produzir, além de receber grandes multas. "Por isso, juntamente com mais de 64 signatários, preparamos este protocolo que se tornará num Plano de Viabilização de autorização/licenciamento das propriedades de rizicultura e fruticultura, através de um segundo termo de ajustamento de conduta, adequando-se em definitivo à lei", ressaltou. (CA)

Canoinhas faz apelo por unidade prisional

Carlos Agne

Autoridades e comunidade se reuniram no plenário da Câmara de Vereadores de Canoinhas, Planalto Norte, na quinta-feira (5), para a sétima audiência pública, das 17 programadas pela Comissão de Segurança Pública. Entre as principais deficiências apontadas na área, os presentes destacaram a falta de um presídio. A cadeia pública foi demolida e a obra de uma nova casa de detenção foi embargada pela prefeitura, a pedido da comunidade.

O deputado Lício Mauro da Silveira (PP) presidiu a sessão, acompanhado dos membros da comissão, Dionei Walter da Silva (PT) e Nilson Nelson Machado - Duduco (PP), com a presença do juiz de direito e corregedor penal do município, Roque Cerutti; do comandante do Batalhão da PM local, tenente coronel José Lúcio Pires; do delegado regional de Polícia Civil, Jaime

Martins; do vereador Luiz Alberto Farias e do representante do prefeito, Frederico Ecker, entre outras autoridades.

Falando em nome do Executivo, Ecker disse que aposta na parceria dos poderes constituídos e apelou pela urgência na construção de uma unidade prisional.

Prevenção - O comandante da PM local relatou os trabalhos realizados pela corporação, com total de 181 militares, e que necessita aumentar em 86 policiais o efetivo. "Cheguei em janeiro a Canoinhas com a proposta de ampliar a polícia comunitária já existente e também o Programa de prevenção às drogas e à violência - Proerd.



Cerutti (ao microfone) criticou embargo da obra da cadeia

Conseguimos conveniar com a prefeitura um programa que leva 142 menores, entre carentes e infratores, para dentro do quartel. Ali é realizado um trabalho social com esses menores e que poderão integrar a so-

cidade como cidadãos de bem", relatou.

Entre as reivindicações, José Lúcio citou a construção de um Centro de Internação Provisória de Menores Infratores (CIP), cursos de aperfeiçoamento e treinamento para operações especiais; viaturas de médio porte para melhorar a guarnição. O delegado Jaime Martins salientou que há necessidade de implantação de projetos sociais como forma de prevenção. "Determinarmos o fechamento dos bares da periferia da cidade às 21 horas. Temos aqui um grande problema com o alcoolismo", comentou. Roque Cerutti afirmou que o embargo da obra da cadeia pública, com capacidade para 90 presos, causa um grande transtorno para a Justiça e a atividade jurisdicional. (CA)

Sargento Adriana: mão feminina no Corpo de Bombeiros catarinense

Sheila Dziedzic

Depois de 20 anos trabalhando como policial militar – onde ingressou aos 18 -, a sargento Adriana Clarice da Silva Parrella resolveu ingressar no Corpo de Bombeiros, recentemente desvinculado da Polícia Militar através de emenda constitucional. O estresse do trabalho policial e o caráter totalmente voltado ao salvamento de “vidas e de patrimônios” como bombeiro, levaram à mudança. Mãe de três filhos, Adriana é uma das duas mulheres a integrar a corporação, composta por 1800 homens que, assegura ela, a tratam sem preconceito.

AL Notícias - O que te motivou a entrar para a Polícia Militar e agora se transferir para o Corpo de Bombeiros?

Adriana Clarice da Silva Parrella - Estou na Polícia Militar (PM) há 20 anos e há algum tempo eu estava querendo esta transferência. Foram tantos anos neste trabalho, de repressão, que chegou a hora de mudar. É muito estresse. Isto me motivou. Como bombeira, minha atividade é de prevenção. Em um mês atendi incêndio, resgate de corpo. É importante saber que estamos ali para ajudar as pessoas no momento mais crítico delas. O bombeiro dá aquele carinho, típico de ajudar, de apagar o fogo, cuidar dos bens das pessoas, dos seus móveis.

AL Notícias - Em Santa Catarina são duas mulheres em uma corporação com 1800 homens. Existe algum preconceito?

Adriana - Não. Sempre fui muito bem aceita e não tenho nenhum problema quanto a isso.

AL Notícias - E na questão do treinamento que exige a profissão, existe alguma diferenciação entre homens e mulheres?

Adriana - Não tem nenhuma diferença. Você precisa estar bem fisicamente porque vai trabalhar em uma atividade que apresenta desgaste. Você vai usar as mangueiras que são muito pesadas. Mesmo na ambulância você tem que carregar macas. É preciso ter um preparo físico bom, não só no bombeiro, como na PM.

AL Notícias - Existe a diferença da força física entre você e os homens e como isso reflete nas atividades?

Adriana - Existe e você tem que computar essa diferença. Quando se trabalha em equipe você é mais um e não pode atrapalhar a equipe. Nós precisamos ter força física porque segurar uma mangueira na pressão que a água sai exige força. Para trabalhar como salva-vidas, precisa ter força. Trabalhar e carregar uma maca com um homem pesando 100 quilos, precisa ter força. Não é um empecilho, mas é uma questão de relevância.

AL Notícias - Como a opção de entrar para Polícia Militar e depois ir para o Corpo de Bombeiros refletiu na sua vida pessoal?

Adriana - Quando eu entrei para a PM aos 18 anos, estava atrás de um emprego. Não conhecia a profissão, mas sempre gostei de uma coisa mais aventureira. Foi um processo bem natural. Sou casada, tenho três filhos. Meu marido e minha família apoiam muito e graças ao apoio deles eu consegui buscar uma qualificação que muitas policiais não têm. Hoje eu sou a única mergulhadora do Estado. Nós temos um curso de mergulho dentro da corporação que é um dos mais difíceis e se equipara ao curso da Marinha do Brasil, portanto não é qualquer um que faz.

AL Notícias - Houve algum momento que te fez repensar a escolha feita?

Adriana - Nunca me vi em nenhuma outra profissão. A PM é bem diferente das outras profissões. Algumas pessoas acham que nós somos só policiais, mas nós somos também amigo, professor, médico, juiz de paz, somos tudo. E muitas vezes, somos o único recurso que o povão tem naquele momento em que se chega com a viatura, a ambulância.

AL Notícias - Como sargento você tem sob o seu comando alguns homens. Como é a mulher no comando?

Adriana - A mulher tem muito presente a questão do profissionalismo, ela trabalha mais em equipe. A mulher, mesmo em condição de comando, tem muito mais claro o senso de equipe sem evidenciar o posto. Nas equipes em que já trabalhei, principalmente em Itajaí, que é uma cidade violenta com muitos problemas com drogas, nunca encontrei receio de colegas. Eles sabiam como eu era e tinham confiança.

AL Notícias - Há dificuldades para a promoção das mulheres na PM?

Adriana - Quando foi criada a polícia feminina houve o erro de colocar as mulheres em um quadro separado. Quan-



(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

do eu fiz o curso, em 1984, havia cinco cursos de sargento: um feminino combatente, dois masculinos combatente, um bombeiro combatente e um especialista. Criaram um quadro da polícia feminina separado, o bombeiro no quadro dele e todos os demais no quadro de combatente. Nós ficamos numa companhia e não evoluímos para um batalhão, então não abre o quadro. Hoje, com o meu tempo de polícia, todos os sargentos que fizeram o mesmo curso

Hoje, falando de polícia, se você não se especializar, o bandido se especializa e não se consegue prestar segurança para o povo. Se você não buscar se aperfeiçoar dentro da sua área, você será um profissional comum. E eu nunca quis ser uma profissional comum, por isso nunca hesitei em fazer cursos, em pagar meus cursos. Todos os cursos que fiz eu paguei.

que eu, igualzinho em número de horas/aulas, com o mesmo instrutor, todos eles são primeiro sargento ou subtenente e eu sou segundo sargento. Nós tivemos que brigar e só em 1998 conseguimos unificar os quadros e aí teve outro erro. Eles colocaram todo mundo para o mesmo quadro. Para eu chegar a primeiro sargento tem mais de quinhentos na minha frente. Criaram a polícia feminina e não criaram um quadro para nós.

AL Notícias - O que irá mudar com a desvinculação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar?

Adriana - Muda o quadro, surgem mais vagas, os bombeiros vão ter recursos próprios, mais condições de fazer cursos para melhor se qualificar, tere-

mos muito mais caminhões, ambulâncias, uniformes. Hoje nós dependemos da Polícia Militar até mesmo para conseguir uniforme. Nós vamos dizer quais são as nossas necessidades. Hoje nós existimos porque temos o Funrebom, que é um fundo que arrecada recursos através do pagamento de taxas como as de vistorias. Se não fosse o Fundo, teríamos cidades sem caminhão para trabalhar. A curto prazo nós queremos abrir escola para 600 bombeiros.

AL Notícias - Como você se preparou para sua profissão?

Adriana - Passo 50% do meu dia no trabalho, o restante eu durmo e fico com minha família. Acredito que você tem sempre que estar se especializando. Se você não buscar se aperfeiçoar dentro da sua área, será um profissional comum.

E eu nunca quis ser uma profissional comum, por isso nunca hesitei em fazer cursos. Todos os cursos que fiz eu paguei. Como eu trabalhava na área policial, no grupo de operações especiais, eu procurei me especializar nesta área. Em Orlando, nos Estados Unidos, eu fiz um curso com a SWAT- grupo de elite da polícia deles. Consegui ir com a ajuda da família e de patrocinadores. Dentro do nosso grupo havia a necessidade de ter um atirador de elite. Fui, então, atrás deste curso. Comecei a buscar os cursos que eram importantes, como salvamento em altura e mergulho. Cursos que me serviram na Polícia Militar e agora no Corpo de Bombeiros. Tudo por minha conta, nas minhas férias e com a participação da comunidade.

AL Notícias - Essa relação de confiança que se estabelece com a população é mais comum no Corpo de Bombeiros?

Adriana - Entre o bombeiro e a PM existe essa diferenciação na imagem pública. O bombeiro é visto como aquele que salva, ajuda, socorre. A polícia é aquela que reprime, prende, faz abordagem. O povão mesmo que conhece o trabalho acaba gostando dos dois, mas muito mais do bombeiro que é o salva-vidas. E a mulher neste contexto entra para dar um brilho todo especial porque somos mais delicadas, por mais grosseira que seja a atividade.

AL Notícias - A farda e o fato de praticar as mesmas atividades que os homens não te faz perder a feminilidade?

Adriana - Não faz nada. Você pode fazer tudo o que eles fazem e competir de igual para igual, pois eu disputo com eles nas mesmas condições na corrida, no lançar a mangueira, em todos os momentos de preparação. Mas não se trata de competição entre homem e mulher. É por um desempenho melhor. Temos bem claro o conceito de equipe, temos que trabalhar como equipe, pois nossa vida depende da pessoa que está ali atrás.

Criados mais três comandos regionais da PM no Estado

Aprovado na terça-feira (10), em 1º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 11/03, de origem governamental, que cria seis comandos da Polícia Militar no Estado. Atualmente há três: da Capital, do Interior - em Lages - e do Litoral, em Balneário Camboriú. Agora, com a nova lei, os coronéis da PM vão liderar os batalhões nos Comandos do Policiamento do Oeste, em Chapecó; do Planalto, em Lages; do Vale do Itajaí, em Balneário Camboriú; do Norte, em Joinville; do Sul, em Criciúma, e Metropolitano, em Florianópolis.

Junto com a proposta foi aprovada emenda modificativa do deputado Antônio Ceron, líder do PFL,

que assegura 50% das vagas do quadro especial de cabos e terceiros sargentos aos policiais militares que possuírem o maior tempo de trabalho na corporação. O Executivo justifica a proposta em nome da desburocratização e descentralização do poder de decisão da Capital para o interior do Estado, concentrando forças nas operações de combate à criminalidade. O PL também determina a criação de 98 vagas no efetivo da Polícia Militar. (RV)



Deputados aprovaram criação de novos comandos e admissibilidade de PEC

PEC sobre a perícia oficial criminal

(foto arquivo)

Os parlamentares aprovaram quarta-feira, 11, a admissibilidade do Projeto de Emenda Constitucional nº 10/02, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira (PP), que acrescenta à Constituição do Estado o artigo 109-A e o Capítulo V, determinando que incumbe à Perícia Oficial Criminal a realização de exames de corpo de delito e das perícias necessárias à instrução processual criminal e a execução da identificação civil e criminal. O PEC também propõe

volta à Comissão de Justiça para análise de mérito.

Lício justifica a proposição afirmando que é necessário um novo tratamento a esta atividade, pois uma ampla autonomia vai conferir ao órgão, maior raio de ação e eficiência, presteza e meios de treinamento e intercâmbios, com sensíveis melhorias na qualidade no trabalho pericial. Lembra ainda que o projeto de segurança pública do presidente Lula prevê, no âmbito estadual, a autonomia dos órgãos periciais. (RV)

Vigilantes eletrônicos

Aumentar a segurança das ruas de vários municípios do Vale do Itajaí. Essa é a proposta do deputado Dado Cherem (PSDB), em indicação ao Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, João Henrique Blasi. O parlamentar solicita a implantação de circuito fechado de TV em pontos estratégicos, nos municípios de Balneário Camboriú, Itajaí e Brusque.

A solicitação vem através de um pedido do Sindicato de

Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, que requer a implantação do monitoramento eletrônico de logradouros públicos, para intensificar a vigilância preventiva com o objetivo de inibir a ação criminal, flagrar o delito e identificar o infrator.

Dado lembra que o desenvolvimento populacional desses municípios trouxe um aumento assustador da violência contra a pessoa e bens patrimoniais trazendo insegurança à comunidade. (ML)

Geração alternativa de energia

Em andamento desde o começo do ano passado, numa parceria entre Celesc e o Laboratório de Pesquisa em Energia da Univali (Lapen), pesquisa envolvendo a produção de energia alternativa limpa através de células combustíveis, foi apresentada à Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia.

Os pesquisadores e professores dos cursos de Engenharia da Computação e Engenharia Industrial Mecânica, Luciano da Silva e

Márcio dos Santos, respectivamente, fizeram a apresentação da pesquisa prevista para ser concluída em junho. Além deles, o engenheiro Ronê de Oliveira, da Celesc - que integra o grupo de pesquisadores -, também esteve presente. Em síntese, a meta é construir um dispositivo de geração contínua de energia, com base no processamento de hidrogênio e oxigênio (dois gases). O resultado é uma energia limpa cujo "resíduo" é a água. (MMV)

... Curtas ...

Besc em Imaruá

O deputado Francisco de Assis (PT) solicita ao presidente do Besc que providencie a reestruturação do banco em Imaruá. É pedido a instalação de caixas 24 horas, sistema de senhas, poltronas, um gerente administrativo, renovação de contrato de dois estagiários e a contratação de mais dois. O município possui apenas uma agência, onde é realizado o pagamento salarial de todos os funcionários estaduais e municipais.

Carne suína light

Em requerimento ao Ministro da Defesa, o deputado Reno Caramori (PP) pede a inclusão da carne suína light no cardápio das refeições servidas nas Forças Armadas. A carne possui baixo colesterol, menor taxa de gordura intramuscular, é macia, rica em ferro e é a mais consumida do mundo, argumentou.

Restauração da SC-303

As comunidades de Canoinhas e Pinheiros, através da deputada Odetete de Jesus (PL), estão pedindo ao diretor do Departamento Estadual de Infra-estrutura, Romualdo Theophanes França Junior, que seja restaurado trecho na SC-303, do km 7 ao km 20, que liga as duas comunidades.

Desassoreamento

Ao governador, o deputado Ronaldo Benedit (PMDB) requer a criação de um Fórum Permanente para estudar e apresentar sugestões para o encaminhamento de solução para o desassoreamento do rio Urussanga e a Lagoa de Urussanga Velha, no Sul do Estado.

Presídio em Chapecó

A construção do presídio regional de Chapecó fora do perímetro urbano, está sendo proposto pelo deputado João Rodrigues (PFL) ao governador, ao secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e ao secretário da 4ª Secretaria de Desenvolvimento Regional. O presídio atual tem capacidade para 70 pessoas e mantém 150 presos.

Mata Atlântica

Por indicação do deputado Onofre Agostini (PFL) está sendo solicitado à ministra do Meio Ambiente e aos deputados e senadores com assento no Congresso Nacional que sejam tomadas as medidas necessárias na nova demarcação da área de domínio da Mata Atlântica brasileira. O Estado quer que a demarcação atinja apenas a região litorânea. A atual demarcação prejudica os produtores rurais.

Agenda

Dia 16, 9 h - Audiência pública das Comissões de Justiça e de Educação para debater o artigo 170 da Constituição Estadual - Bolsas de estudo
Local: Plenário

Dia 16, 14 h - Coletiva com a senadora Heloísa Helena (PT/AL) - Reformas estruturais
Local: Sala de Imprensa

Dia 16, 15 h - Subcomissão de Saúde visita o Hospital Infantil
Local: Joinville

Dia 16, 19 h - Audiência pública das Comissões de Justiça e de Educação para debater o artigo 170 da Constituição Estadual - Bolsas de estudo
Local: Unisul - Tubarão

Dia 17, 9 h - Subcomissão de Saúde visita o Hospital Santo Antônio
Local: Blumenau

Dia 17, 14 h - Subcomissão de Saúde visita o Hospital Santa Catarina
Local: Blumenau

Dia 17, 16 h - Subcomissão de Saúde visita o Hospital Santa Izabel
Local: Blumenau

Dia 18, 19 h - Sessão solene em homenagem ao Santa Catarina Voleibol Clube - Intelbrás - São José, pela passagem dos 5 anos de fundação
Local: Plenário

Dia 18, 19 h - Lançamento do livro "As Filhas das Ladeiras", de Maria Helena Vargas da Silveira
Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Amor e doação: ingredientes fundamentais na ajuda aos portadores de câncer

Rose Mary Paz Padilha

Quem já teve algum tipo de câncer sabe o drama que é enfrentar a doença, caracterizada pelo crescimento autônomo, descontrolado e desordenado das células que, ao alcançarem uma certa massa, comprimem, invadem e destroem os tecidos normais vizinhos. Pesquisas revelam que ao se confirmar a presença da neoplasia ou câncer, o paciente vivencia processos muito estressantes, que afetam o emocional, a auto-estima, a vida familiar e social. Como toda doença, há casos de câncer que têm cura e outros não. Estudos confirmam que a maior parte dos tumores malignos têm alto índice de cura, com poucas complicações, se o diagnóstico é feito precocemente. Nos países desenvolvidos, cerca de 50% dos casos gerais detectados em adultos e crianças são curados. No Brasil, estima-se que este número seja menor, principalmente pelo fato dos diagnósticos serem feitos de forma tardia.

Imagine enfrentar a doença aliada à falta de recursos financeiros para

fazer o tratamento. Foi vivendo diretamente o problema que Jerônimo Pimenta, 59 anos, fundou em 28 de maio de 2002, em Florianópolis, o Centro de Apoio às Pessoas com Câncer (Capec). O primeiro câncer, que afetou as cordas vocais de Jerônimo, surgiu na década de 70. Carente, sem dinheiro para a compra de medicamentos e para a própria subsistência, ele passou por sérias dificuldades. Mal sabia que o drama voltaria anos mais tarde, na década de 90, quando outro tipo de câncer foi diagnosticado, desta vez de pele. Novamente com dificuldades para o tratamento, decidiu reunir-se com um grupo de pessoas preocupadas com o acesso da população carente ao tratamento oncológico e juntos fundaram o Capec – uma instituição beneficente, sem fins lucrativos, que atende pacientes de todo o Estado, com prioridade para crianças e idosos – os mais vulneráveis ao desenvolvimento e tratamento do câncer.



(fotos Jonas Lemos Campos)

Através de doações voluntárias, principalmente por telefone, o Capec auxilia os pacientes com câncer

O que é faz o Capec

Localizado no bairro Estreito, na Capital, o Capec presta atendimento integral ao paciente com câncer, através do apoio psicológico e financeiro aos doentes carentes encaminhados por entidades credenciadas nesta área. A cura da doença e a melhor qualidade de vida dessas pessoas é a meta.

Além de promover campanhas de prevenção ao câncer e incentivo à

doação de sangue, esse centro ajuda doentes e familiares com o fornecimento de alimentos não-perecíveis, roupas, calçados, brinquedos, vale-transporte, exames médicos e remédios – na maioria das vezes extremamente caros. Uma ampola do medicamento Camptosar, usado no tratamento do câncer de pulmão, do pâncreas e do reto, por exemplo, custa R\$ 900.



Aline Ventura, operadora do telemarketing

Telemarketing estimula doações

Todas as doações têm origem no Departamento de Promoção Humana e Social. Através do telemarketing, sete funcionárias trabalham de segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas, solicitando a colaboração da população. Aline Siqueira Ventura, 19 anos, que há dois meses trabalha no departamento, disse que chega a fazer cerca de 110 ligações solicitando auxílio voluntário e que 70% têm algum retorno positivo. “Quando telefonamos e a pessoa é receptiva, convidamos para que ela conheça a instituição para ter a certeza que desenvolvemos um trabalho sério”.

Silbene Pimenta, de 24

anos, filha do fundador e coordenador do Capec, é quem coordena o telemarketing. Segundo ela, as doações de gêneros não-perecíveis são entregues diretamente no local, já que a falta de um veículo próprio impede buscar as doações nas casas dos voluntários. “Desde a fundação o Capec já atendeu 750 pessoas. Ainda estamos engatinhando, mas com a certeza de que muitas pessoas ainda terão o apoio desta instituição”, salientou. O Capec tem Santa Paulina como patrona e um altar espiritual com a imagem e a foto da Santa está instalado numa das salas, onde os doentes e funcionárias costumam fazer suas orações.



Silbene coordena o trabalho das operadoras



Santa Paulina: patrona do Centro

Quem desejar colaborar ou obter maiores informações sobre o Centro de Apoio às Pessoas com Câncer pode telefonar para o número (48) 3025-4525 ou visitar pessoalmente o Capec, das 8 às 20 horas, na Rua Manoel de Oliveira Ramos, 43 – sala 108, Edifício André Maikot – Estreito – Florianópolis ou ainda acessando o site www.capec.hpg.com.br. Se preferir doações em dinheiro os depósitos devem ser feitos na conta nº 29915-3 Agência 0730 do Banco Itaú.